

## *Meio século do golpe na esquerda: a ideia de revolução no último Marighella*

*Claudinei Cássio de Rezende\**

### **Resumo:**

Este artigo trata da ideia de revolução em Carlos Marighella, detidamente em sua última fase, momento em que a maior parte da esquerda comunista brasileira empunha armas contra a ditadura militar. Ao formular as linhas teóricas da Ação Libertadora Nacional, Marighella implementa uma série de modificações táticas no processo revolucionário, especialmente aquelas baseadas na teoria do foco guerrilheiro, contudo, mantendo intacta a estratégia original pecebista, à qual ele foi afiliado durante a maior parte de sua vida.

### **Palavras-chave:**

Carlos Marighella; revolução social; estratégia revolucionária; ditadura militar.

## *Fifty years of de coup against Left: the idea of revolution in late Marighella*

### **Abstract:**

This article approaches the notion of revolution by Carlos Marighella, especially in his last phase, when the majority of Brazilian communist left wielded weapons against the military dictatorship. When he set up the theoretical lines of the National Libertarian Action (Ação Libertadora Nacional – ALN), based primarily on the theory of the “guerrilla foco”, Marighella implemented a number of tactical changes in the revolutionary process. However, he kept intact the original strategy from the PCB (Brazilian Communist Party), with which he was affiliated for most of his life.

### **Key words:**

Carlos Marighella; social revolution; revolutionary strategy; military dictatorship.

---

\* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

A ditadura militar assassinou seu principal opositor, Carlos Marighella, pouco mais de um mês após a publicação de seu Ato Institucional n. 14, que estabelecia a pena de morte para o brasileiro inconveniente à segurança nacional<sup>1</sup>. Mas Marighella não teve direito a um julgamento: foi fuzilado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Um pouco antes de seu assassinio, ele apareceria numa entrevista na revista francesa *Front* (MARIGHELLA, 1969); seu rosto estampava os cartazes pelas ruas de São Paulo, com a inscrição “terrorista procurado”; e Marighella havia cedido entrevista à importante publicação parisiense *Les temps modernes* (1969), de Sartre, acerca da proposta da luta armada. A famosa foto tirada na redação do *Jornal do Brasil*, mostrando as marcas da bala que atravessara seu peito quando da resistência à prisão no cinema do Rio de Janeiro, rodava o mundo. Declarado “inimigo público número um” pela cúpula da repressão, no dia 4 de novembro de 1969, sua morte foi anunciada no estádio do Pacaembu, no intervalo da partida Corinthians x Santos, para onde todos os olhares estavam direcionados, aguardando o milésimo gol de Pelé<sup>2</sup>. A televisão noticiava que Marighella havia morrido; a sua foto – na qual o vemos prostrado dentro de um carro – se tornava capa da revista *Veja* (1969). Tudo isso pode dar uma ideia de que Marighella encabeçava um movimento de massas quando morreu, ou, no mínimo, que significasse uma ameaça militar real à ditadura. Falsa ideia. A última esquerda com inserção sindical, com ampla intervenção nas classes subalternas e com posição nuclear na gravitação dos movimentos sociais havia sido desmantelada pelo golpe que ora completa 50 anos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no início dos anos 1960 – a despeito de se tratar de uma organização clandestina. Com o golpe na esquerda, o PCB se fraturou numa constelação de organizações que partiram para a luta armada e acabou por perder, definitivamente – até hoje –, sua hegemonia na esquerda nacional.

É sabido que a intensificação da ditadura bonapartista após 1968 foi o ponto de inflexão na imersão geral da esquerda na luta armada, sendo Carlos Marighella a figura mais emblemática deste momento, coordenando a guerrilha com o maior contingente e militarmente mais organizada; todavia, apesar disso, não chegou a ser uma ameaça real à ditadura. O embarque da esquerda na luta armada, contra a postura pecebista da revolução pacífica – postura que a legenda adotava, pelo menos, desde a sua *Declaração de março* de 1958, por influência, entre outros, da desestalinização soviética e da política da guerra fria –, promoveu uma fratura definitiva no Partido que mantinha hegemonia na esquerda comunista, encerrando o último momento de ascensão dos movimentos sociais que possuíam no PCB o seu sustentáculo<sup>3</sup>. No momento em que o golpe se desfechou, o PCB estava em plena ascensão e com substantiva inserção sindical nos grandes centros industriais. Registrando cerca de 2 mil militantes em 1957, o Partido passou a 20 mil associados em 1963. A campanha pela legalização da legenda, três anos antes do golpe de 1964, dispôs de 70 mil assinaturas (SEGATTO, 1995, p. 30). Também é importante mencionar que o PCB, a despeito de não ter intenções eleitorais – atenção!, o Partido tinha como objetivo um programa de revolução social –, no curto período em que atuou na legalidade, conquistou uma robusta representatividade parlamentar: era o quarto maior partido por número de cadeiras na Câmara dos Deputados em 1945, com 14 cadeiras, ficando atrás somente do Partido Social-Democrático (PSD), com 151 cadeiras, da União Democrática Nacional (UDN), com 77 cadeiras, e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com 22 cadeiras (ALVES, 1989, p. 62). Carlos Marighella fora o mais proeminente parlamentar pecebista. Aqui basta sublinhar, destarte, que o golpe militar colocou em *débâcle* o período mais importante da trajetória da esquerda comunista no Brasil até então.

---

1 “Considerando-se que atos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva que, atualmente, perturbam a vida do país e o mantêm em clima de intranquilidade e agitação, devem merecer a mais severa repressão; Considerando que a tradição jurídica brasileira, embora contrária à pena capital e à prisão perpétua, admite a sua aplicação na hipótese de guerra externa, de acordo com o direito positivo pátrio, consagrado pela Constituição do Brasil, que ainda não dispõe, entretanto, sobre a sua incidência em delitos decorrentes da guerra psicológica adversa ou da guerra revolucionária ou subversiva; Considerando que aqueles atos atingem (...) a segurança nacional, pela qual respondem todas as pessoas naturais e jurídicas, devendo ser preservadas para o bem-estar do povo e o desenvolvimento pacífico das atividades do País, resolvem editar o seguinte Ato Institucional.” (DIÁRIO, 1969)

2 “Cessaram as batucadas, silenciaram as cornetas, murcharam as bandeiras em torno de seus mastros. O grande vazio aprofundou o silêncio curioso da multidão. O locutor pediu atenção e deu a notícia, inusitada para um campo de futebol: *Foi morto pela polícia o líder terrorista Carlos Marighella.*” (BETTO, 1987, p. 4)

3 A organização mais influente no Comando Geral de Greve era o próprio PCB. Conforme revelou a pesquisa de Maria Helena Moreira Alves: “Em 1964, existiam sete confederações, 107 federações e 1.948 sindicatos de trabalhadores urbanos. Durante o primeiro ano do estado de segurança nacional, a ‘Operação Limpeza’ afastou membros de 452 sindicatos, 43 federações e três confederações. Três outros sindicatos sofreram intervenções brancas pelas quais líderes eleitos foram afastados sem publicação de decretos específicos. Uma eleição foi cancelada por alegadas atividades subversivas, e o governo extinguiu totalmente um sindicato.” (ALVES, 1989, pp. 69-70) Outro fator importante na demonstração da eficiência da ditadura em aniquilar a esquerda: das 154 greves realizadas em 1962 e das 302 em 1963, esse número caiu brutalmente com a Lei de Greve, causando um rebaixamento para 25 greves em 1965, 15 em 1966; e, aliado à nova política de previdência, a ditadura conseguiu que nenhuma greve fosse realizada em 1970 e 1971 (ALVES, 1989, p. 77).

A característica mais problemática vivida por todos os grupos que deflagraram a luta armada no Brasil entre 1967 e 1973 é a ausência de uma clara definição sobre a estratégia revolucionária e, algumas vezes, também sobre a tática de luta. Excetuando-se o que havia sobrado do PCB no pós-golpe e os trotskistas, toda a esquerda revolucionária da época – sem outra saída aparente e completamente apossada pela repressão – embarcou na proposta da luta armada. O processo revolucionário pretendido pela esquerda pecebista do início dos anos 1960 era a revolução burguesa, isto é, completar a modernização capitalista que a burguesia não fizera, incluindo seu estatuto de cidadania burguesa. Esta revolução não implicaria, necessariamente, um processo de insurreição violenta. Revolução significa o processo histórico demarcado por insurreições, reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas que, “concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais” (PRADO JR., 2004, p. 11). Todavia, na revolução proposta pela esquerda armada havia uma grande ruptura com o núcleo central dirigente do PCB: o processo iniciado com a guerrilha era de uma *algaravia violenta*, aliás, uma insurreição na qual não se sabia ao certo se o intento levaria a uma revolução burguesa ou a algo que se poderia chamar, *grosso modo*, de revolução socialista. Mas o rompimento se punha à medida que a ditadura intensificava a repressão: a revolução (seja ela burguesa ou socialista) ocorreria violentamente.

Dada a fragilidade das lutas sociais diante da repressão do governo militar, que passou a utilizar as torturas e os assassinios como prática cotidiana, a luta armada, uma vez fracassada como estopim da revolução, agiu como forma de resistência democrática. E, nesse sentido, sua influência popular foi pequena, em especial, porque a esquerda pegou em armas tardia e desorganizadamente. Jacob Gorender nos revela uma ideia mais precisa do significado da luta armada durante a ditadura, em sua célebre e pioneira obra *Combate nas trevas*:

a meu ver, [a luta armada] teve a significação de violência retardada. Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados. Em condições desfavoráveis, cada vez mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas, a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada para justificar a luta armada imediata (GORENDER, 1987, p. 249).

Pelo que se encontra nos documentos da Ação Libertadora Nacional (ALN) e nos escritos de Marighella, há uma determinação objetiva da guerrilha: destruir a ditadura militar por meio do “terrorismo revolucionário” (LES TEMPS, 1969, p. 629). Para Marighella, este objetivo levaria imediatamente as massas ao poder, num processo revolucionário, de tal sorte que o intento da luta armada propugnada pelo revolucionário baiano não era para que esta agisse como pilar da democracia, mas como movimento revolucionário. Contudo, não foram diretamente apresentados por Marighella quais seriam os processos de revolução e suas fases, tanto a que estava em curso quanto as que viriam em seguida, para que, então, a esquerda pudesse empreender lucidamente uma revolução dupla: primeiro, que se colocasse contra a ordem política imediatamente estabelecida, ou seja, a ditadura; segundo, que almejasse a ultrapassagem de todo o metabolismo social vigente, ordenando uma alternativa produtiva eficiente. Em detrimento disso, o que foi apresentado era a afirmação, que não se efetivou, de que a guerrilha levaria a ditadura a um cerco intransponível.

Caracterizando brevemente algumas organizações da esquerda armada, a fim de estabelecer um paralelo com a posição de Marighella apresentada a seguir, constatamos que elas mantinham como programa a possibilidade da revolução socialista, isto é, a possibilidade do socialismo pela luta armada e sem a passagem pela etapa burguesa. Podemos listar entre elas o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dirigido por Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares); o Partido Operário Comunista (POC); o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8). Embora muitos desses grupos fossem dissidências diretas do PCB, alguns possuíam seu substrato programático vinculado ao grupo do jornal *Política Operária* (Polop), isto é, a uma organização que teorizava desde sua formação pela revolução socialista imediata, o que pode ser visto na série de textos chamada *Programa socialista para o Brasil* (REIS FILHO; SÁ, 2006, pp. 116-48).

De acordo com Ridenti (1993), as teses revolucionárias de libertação nacional e de estabelecimento de um chamado “governo popular”, nas suas diversas variantes, tinham uma marca evidente de sua herança pecebista: a revolução antifeudal e anti-imperialista. É o caso da Ala Vermelha, uma célula do PCdoB. Dado este contexto geral, como fica a ALN, liderada por Marighella? Situa-se na ideia de revolução antifeudal, embora em seus jornais e em suas teses de divulgação seus integrantes jamais tenham logrado estabelecer um debate mais profundo sobre a estratégia revolucionária. Apesar disso, nenhum outro personagem representa de modo tão característico a sorte de uma geração inteira da esquerda organizada destroçada pela ditadura bonapartista senão Carlos Marighella; não somente porque seu nome é o mais popular dentre os comunistas que pegaram em armas, e sua organização foi a de maior expressão e contingente após o golpe de 1964 e a subsequente falência do PCB (RIDENTI, 1993; REIS

FILHO; SÁ, 2006), mas também porque, somando-se a isso, Marighella não era um principiante na esquerda que, desesperado, pegou em armas: era um homem de tradição e militância comunista de mais de 30 anos, a tal ponto que um sobrevoo nos anos 1958–69 nos revela que as duas maiores forças da esquerda eram o PCB e Marighella. Ambas derrotadas junto com o movimento do trabalho.

A tragédia, porém, estava posta desde sua gênese: a convicção de Marighella na luta armada, uma mistura requentada de antigas teorias, levou ao seu rompimento apenas tático-formal com a esquerda tradicional pecebista: ao não modificar a estratégia da completação do capitalismo nacional, ou ao não teorizar diretamente sobre isso, e ao romper apenas com a forma – ou seja, na querela da guerra de guerrilhas contra o “partido burocrático” –, Carlos Marighella foi a personificação brasileira de uma tática continental da esquerda armada, de inspiração na Revolução Cubana. Todavia, a tática do foco guerrilheiro passou por adaptações programáticas peculiares, porque a esquerda armada em geral não havia superado a teoria etapista. Este é o caráter particular da luta armada no Brasil: uma parcela fundamental da esquerda incorreu no *imbróglio* do etapismo e do foquismo, recorrendo ora à Revolução Cubana, ora ao maoísmo, mas sem nunca romper *de facto* com o etapismo.

Mesmo as outras esquerdas armadas, que não tinham diretamente o desígnio da libertação nacional em seus programas, não estavam completamente livres do vício stalinista: se, por um lado, as organizações da esquerda armada que reuniam suas forças para o acabamento da revolução burguesa acreditavam que haveriam de passar primeiro pela revolução democrática, para somente depois se encarregarem da revolução socialista; por outro, os grupos que acreditavam na possibilidade imediata da revolução socialista só o faziam por crer que a etapa da revolução burguesa já havia sido concluída. Portanto, mesmo nesta última esquerda, que objetivava a imediata revolução socialista, a quimera do etapismo não havia sido completamente extirpada.

Ao contrário do que se vê na literatura sobre o tema, Carlos Marighella não rompeu com a tradição que a esquerda vinha seguindo havia, pelo menos, três décadas. Embora ele não conseguisse perceber, seu rompimento com o PCB era puramente formal e de ordem tática, mantendo intocada a estratégia. Um duplo problema acometeu Marighella: o mito da ação guerrilheira como agente possível da revolução; e a caracterização do Brasil como semifeudal, sustentada pela teoria pecebista, resultando na ideia de uma classe de camponeses no Brasil e das fases inexoráveis da teoria da transição.

Os pontos centrais da teoria de Marighella após seu rompimento com o PCB e a criação do Agrupamento Comunista, que deu origem à ALN, baseiam-se numa tradição pecebista e numa miscelânea dos acontecimentos que pululavam na época. O mais significativo deles era, sem dúvida, a Revolução Cubana. Eric Hobsbawm (1995, p. 427) foi certeiro ao afirmar que nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda ocidental no fim de uma década de conservadorismo global.

Quando Marighella resolveu expor ao PCB e à esquerda em geral a proposta da luta armada, sua teoria era ainda muito incipiente e se ancorava na crítica à reação pacífica do PCB ao golpe, com a ideia de que todo partido seria uma estrutura burocrática que entravaria a revolução e de que já não era possível aguardar uma aliança com a burguesia brasileira. Sua crítica passava pelo aspecto central da chamada *retirada estratégica* do PCB, segundo a qual o partido se afastara do movimento de massas para manter a integridade física de seus membros. Podemos observar essas características da crítica de Marighella em *Por que resisti à prisão* (1979a), de 1965, e em *A crise brasileira* (1979b), de 1966. No que se refere diretamente à proposta da luta armada, a teorização de Marighella se verifica nos textos *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil* (1979f), *Chamamento ao povo brasileiro* (1979h), *Pronunciamento do agrupamento comunista* (1979g), *Quem samba fica, quem não samba vai embora* (1999a), *Sobre a organização dos revolucionários* (1999b), todos estes do momento posterior à sua ruptura definitiva com o PCB. E em seu texto de maior divulgação durante a luta armada, *Manual do guerrilheiro urbano* (1974), em que Marighella tentava elaborar um guia para as ações cotidianas da facção guerrilheira.

Os dois excertos seguintes pretendem demonstrar a proposta de Marighella para a luta armada. No primeiro, de 1968, há uma referência à derrubada da ditadura:

Deve ser exposto às massas com muita clareza o objetivo político da guerrilha, ou seja, a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças militares, para, em consequência, estabelecer-se o poder do povo. (MARIGHELLA, 1979f, p. 122)

No segundo, de 1965, a crítica à proposta pecebista:

A grande falha deste caminho era a crença na capacidade de direção da burguesia, a dependência da liderança proletária à política efetuada pelo governo de então. A liderança da burguesia nacional é sempre débil e vacilante. Ela é destinada a entrar em colapso e a capitular sempre que do confronto com os inimigos da nação surja a possibilidade da passagem do poder ao controle direto ou imediato das massas. (MARIGHELLA, 1979a, p. 42)

Nesses dois textos – o primeiro escrito em 1968, isto é, no momento de efetivação prática da guerrilha; o segundo, em 1965, isto é, num momento inicial de rompimento de Marighella com a tática pecebista –, observa-se

que ele malquistava esta tática, indo da negação da burguesia como agente possível e isolado da revolução até a modificação definitiva sobre qual agremiação conteria a vanguarda ativa revolucionária. Por isso há uma diferenciação linear entre os textos de 1965 a 1969. Em 1965 e 1966, Marighella criticava a atuação política pecebista, sobretudo a postura pacífica do Partido, alinhada às recomendações soviéticas. Daí em diante, ele rompeu também com a ideia geral de partido como organismo vital para a revolução. Já em 1966 e no ano seguinte, Marighella rejeitava o partido como organização possível para a revolução – mas rejeitava como organização revolucionária, e não como organização da classe operária. Embora não esteja explícita em suas obras esta diferenciação, seus textos após 1968 demonstram que a luta armada deveria encabeçar a revolução e que a classe operária não estaria diretamente organizada senão com alguns de seus integrantes como membros da luta armada. Portanto, a revolução não viria por meio do movimento operário, mas do movimento político-militar da guerrilha, que agiria como uma espécie de vanguarda da classe do trabalho, dada a gravidade da situação imposta pela ditadura.

Nesse sentido, observamos dois momentos fundamentais na ruptura tática com o PCB efetuada por Marighella: o intento de derrubar a ditadura por uma associação da luta armada com a sociedade civil, que foi caracterizada como *frente única antiditadura*; e o de derrubar a ditadura pelo organismo militar da guerrilha, prescindindo de qualquer apoio popular. Na sequência, o trecho se remete ao primeiro momento do desenvolvimento processual de Marighella:

O governo pelo qual lutamos agora não poderá ser senão o resultante da frente única antiditadura, que é o tipo de frente única possível nos dias atuais. Esforçando-nos para que tal frente única se torne realidade, sustentamos – como antes – a necessidade de nossa aliança com a burguesia nacional, levando em conta não somente tudo o que dela nos aproxima, quando se trata de objetivos comuns na defesa dos interesses nacionais, mas também tudo o que dela nos separa em questão de classe, tática, métodos, ideologias, programas. (MARIGHELLA, 1979b, p. 52)

Essa aliança com a burguesia nacional, como fica evidente, não era uma obrigação no processo revolucionário. Até 1968, para nosso autor, tal aliança seria tática: aproveitar um contingente importante e forças sociais determinantes na luta antiditadura. Esta era a tática da frente única, que poderia agrupar uma enorme gama de indivíduos de todas as esferas sociais. Marighella abandonou, em dezembro de 1968, com o AI-5, a ideia de que uma frente única poderia derrubar a ditadura.

A rejeição da estrutura político-partidária por Marighella não dependeu diretamente de sua não-apreciação da particularidade da edificação do capitalismo brasileiro – seu último ensaio de envergadura sobre a conjuntura econômica vivida no Brasil datava de 1958 (MARIGHELLA, 1980), intitulado *Alguns aspectos da renda da terra no Brasil* – ou da ausência em sua obra de alguma análise consistente sobre o desenvolvimento do capitalismo mundial, ou ainda da sua dificuldade de compreensão do conjunto do movimento das forças político-sociais existentes no país. Ao contrário, Carlos Marighella passou a rejeitar todo e qualquer partido político devido ao seu conflito dentro das estruturas do Comitê Central do PCB – sobretudo, em três fatores essenciais: a reação pacífica ao golpe por parte do núcleo central do Partido; a chamada *retirada estratégica* do PCB, esquivando-se do cenário político nacional a fim de preservar a integridade de seus membros; e a montagem do comitê anti-Marighella por Luís Carlos Prestes –, concomitantemente com a intensificação da ditadura militar e o exemplo de sucesso da Revolução Cubana. Ademais, é possível que esta rejeição do partido tenha sido germinada desde a traumática revelação do relatório Khrushchov, em 1956, no XX Congresso do PCUS, no qual se denunciaram os crimes de Stalin, em especial os cometidos contra a velha guarda bolchevique, promovidos, segundo o próprio Khrushchov, em prol da “burocratização” do Partido e do “culto à personalidade” (CRANKSHAW, 1971). Por esse motivo, Marighella escreveu em 1967:

Nossa atividade principal não é a construção de um partido, mas desencadear a ação revolucionária. (...) O fundamental na organização revolucionária não é fazer reuniões improdutivas sobre temas gerais e burocráticos, mas, sim, dedicar-se sistematicamente a planejar e a executar sob seu comando até as menores ações revolucionárias. (...) A guerrilha não é o braço armado de um partido ou de uma organização política, seja qual for. A guerrilha é o próprio comando político e militar da revolução. (MARIGHELLA *apud* FERREIRA, 1999, p. 235)

É a partir desse aspecto que se trava o debate na literatura sobre o tema, discutindo-se se Marighella representou, de fato, um passo adiante no movimento comunista e se sua tese sobre a guerrilha foi inspirada no foco guerrilheiro. Entre aqueles que fazem a defesa incondicional do revolucionário baiano se encontram Nova e Nóvoa (1999, p. 137). Estes autores acreditam que a maior ousadia e contribuição de Marighella se encontram no fato de ele “perceber que esse processo de burocratização e centralização política (...) se encontrava inteiramente conectado à estrutura organizacional dos partidos”, ou melhor, que estas são características inerentes e congênicas de qualquer partido.

Segundo Nova e Nóvoa (1999), a teorização da guerrilha como organismo de transformação da sociedade foi uma das maiores contribuições originais de Marighella à esquerda brasileira. Na recusa da instituição partidária

como organização adequada da esquerda, Nova e Nóvoa defendem a tese de que havia uma possibilidade histórica de a guerrilha levar a cabo a revolução, isto é, de que a guerrilha foi derrotada por acidente de percurso. Percepção semelhante à de Daniel Aarão Reis Filho (1990) em *A revolução faltou ao encontro*, para quem a revolução se desencontrou com a classe operária nos anos 1960. Na obra de Guedes Lima Filho (2003), o projeto de Marighella foi vencido militarmente devido à mudança qualitativa da repressão. Caso contrário, a revolução poderia ter ocorrido sem maiores entraves, pois, ainda segundo esta interpretação, a guerrilha é a forma mais adequada de organização para uma revolução social. Além disso, Lima Filho acredita que a diferenciação entre os conceitos “revolução” e “insurreição” efetuados na obra de Caio Prado Jr. (2004) faz do autor um entusiasta da revolução pacífica. Como se não bastasse, a importante diferenciação entre capital e capitalismo, já inscrita na obra de Marx (1970) e dilucidada por Mészáros (2002), inexistente nas análises de Lima Filho. De certa maneira, as teses de Guedes Lima Filho (2003) e de Nova e Nóvoa (1999) acatam integralmente todas as posições de Marighella, seja de um passado nacional feudal com camponeses, seja de uma forma específica de organização da luta, isto é, a guerra de guerrilhas. Defender a originalidade das elaborações sobre a guerra de guerrilhas em Marighella implica dizer que este não fez uso da teoria do foco guerrilheiro, isto é, da elaboração de R. Debray sobre como a luta guerrilheira despertaria a organização social, possibilitando a vitória da revolução socialista, baseado na Revolução Cubana.

Que Régis Debray tenha criado sua própria teoria do *foco revolucionário* é uma questão que merece ser analisada. É passível de exame crítico a ideia de que ela teria sido o resultado da vontade de criar alternativas ao partido burocrático. Mas não se pode confundir as particularidades de sua teoria com as de Marighella que, não obstante possa ter sido influenciado pelas ideias debrayistas, propõe alternativas de organização diferentes das defendidas por Debray. Em nenhum momento ele advoga que se poderia fazer economia do movimento de massa, nas cidades e nos campos. Pelo menos foi isso o que defendeu em seus escritos, embora não o tenha conseguido desenvolver na prática. (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 137)

Aceitar a tese de Nova e Nóvoa (1999) implica a admissão de outra tese: a possibilidade do apoio das massas à guerrilha brasileira, no momento em que Marighella desenvolveu a luta armada, com a ALN, sem nenhuma pista de que as massas adeririam a esta ideia.

Como se processa, então, a ideia da luta armada em Marighella, se ela não se ergue diretamente da teoria do foco guerrilheiro? Para isso, vamos aos próprios textos de Marighella e de Debray. Para Marighella (1979f, p. 117), a luta de guerrilhas, na história, *sempre* foi um instrumento de libertação dos povos, e por isso, com a chegada dos anos 1960, com a Revolução Cubana vitoriosa, “a guerrilha assumiu, nos dias de hoje, uma nova dimensão, ao lhe ser atribuído o papel estratégico decisivo na libertação dos povos”. Quer dizer que a guerrilha, além de ter um papel fundamental, para Marighella, era a única forma possível de luta, ou melhor, “o caminho fundamental, e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias”. Segundo Marighella, esta formulação do problema, isto é, o papel estratégico da guerrilha, surgiu porque “a revolução cubana o introduziu no cenário da história”.

Marighella estava desenvolvendo a tese de Régis Debray. Embora em seu texto *Manual do guerrilheiro urbano* (1974) ele propositadamente não citasse Debray e tampouco indicasse a leitura de sua obra aos guerrilheiros na seção de indicações bibliográficas, estava adaptando o foquismo; não podia dizê-lo em face da crítica do grupo de Luís Carlos Prestes. Demais, a oposição que Marighella enfrentou para partir para a luta armada tomava como ponto central a crítica à teoria do foco guerrilheiro, afirmando que esta seria um lançamento de um grupo armado na zona rural, na esperança de que tal grupo despertasse uma faísca revolucionária. Ele escreveu em 1968:

Pensamos sobre a guerrilha o mesmo que a Conferência da Olas [Organização Latino-Americana de Solidariedade] quando, no ponto 10 de sua “Declaração Geral”, apresenta a guerrilha como embrião dos exércitos de libertação e como método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos países latino-americanos.

Não se trata, portanto, de desencadear a guerrilha como um foco, como querem insinuar nossos inimigos, acusando-nos daquilo que não pretendemos fazer.

O foco seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil, e esperar que, em consequência disso, surgissem outros focos em pontos diferentes do país. Se assim fizéssemos, estaríamos adotando uma posição tipicamente espontaneísta e o erro seria fatal. (MARIGHELLA, 1979h, p. 132)

Na teoria do foco guerrilheiro elaborada por Debray (1967) no célebre texto *Revolução na revolução*, o foco não seria lançar um grupo armado em qualquer parte e esperar o apoio das massas, mas, ao contrário, o foco não admitia uma posição espontaneísta e, sim, o lançamento de uma guerra de guerrilha como vanguarda das massas, ou o que ele chamou de guerra de movimentos. A instalação da guerrilha, segundo a cartilha de Régis Debray (1967), deveria ocorrer no campo, onde se evitaria o confronto esmagador com a repressão. Não obstante, Marighella, nas vésperas de seu assassinio, no *Manual do guerrilheiro urbano*, acreditou que a guerrilha fosse a faísca da revolução: “Em torno dessa potência de fogo, *que surge do nada e vai crescendo* pouco a pouco, a massa aglutina-se, constrói a sua unidade e marcha para a tomada do poder” (MARIGHELLA, 1974, p. 33, grifo nosso).

Constata-se que o projeto inicial da instalação da guerrilha elaborado por Marighella é quase uma cópia *ipsis litteris* da teorização de Régis Debray. Para Marighella, a guerra de guerrilhas deveria possuir três fases:

Assim, na luta guerrilheira no Brasil distinguem-se três fases fundamentais.

A primeira é a do planejamento e preparação da guerrilha.

A segunda é a do lançamento e sobrevivência da guerrilha.

A terceira é a do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras. (MARIGHELLA, 1970f, p. 122)

A guerrilha começava, segundo as concepções de Marighella, com um contingente pequeno e bem treinado e se estenderia para se tornar uma força militar. Com seu crescimento político e militar nas massas camponesas, surgiria um exército revolucionário mais forte que as forças da opressão, transformando a guerrilha em “guerra de manobras”. A luta armada, que inicialmente, para Marighella, era apenas uma forma de luta complementar, passava a ser a única forma possível de resistência contra a ditadura militar. Em 1966:

As guerrilhas são uma forma de luta complementar. Em si mesmas, elas não decidem a vitória final. Seja na guerra ou na luta revolucionária, elas pressupõem a existência de uma forma de luta principal. (MARIGHELLA, 1979b, p. 84)

Mais tarde, após a influência de Debray de sua participação na Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), em Cuba, e de seu rompimento completo com o PCB, Marighella escrevia:

A revolução cubana, como parte integrante da revolução socialista mundial, trouxe ao marxismo-leninismo um novo conceito: o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil. (MARIGHELLA, 1979f, p. 117)

Não por coincidência, lemos em Debray – cuja teoria disseminava que a guerrilha deveria começar com a ação isolada e que mais tarde deveria tomar caráter de guerra de massas despertada pelo foco, negando a ideia de uma guerrilha para autodefesa ou para revide de ataque da repressão – a teorização abaixo:

a guerra de guerrilhas parece passar pelas etapas seguintes: a etapa do assentamento primário; a do desenvolvimento, assinalada pela ofensiva inimiga, levada a efeito ainda com todos os meios disponíveis (...); finalmente, a etapa da ofensiva revolucionária, política e militar de uma vez só (DEBRAY, 1967, pp. 14-5).

De acordo com Debray, “uma guerrilha não pode desenvolver-se militarmente sem que se converta numa vanguarda política” (1967, p. 77). A teoria do foco guerrilheiro – mais elaborada do que a teoria de Carlos Marighella – pode ser lida nos textos do comunista baiano: “Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda” (MARIGHELLA, 1979g, p. 137). Não obstante a ALN tivesse atuado somente como guerrilha urbana, a intenção principal era a de que a guerrilha chegasse ao campo, a fim de libertar o que Marighella entendia por camponeses. O ano de 1969 seria o momento da instalação da guerrilha no campo, caso a intensificação da opressão não o tivesse impossibilitado. Ferreira (1999) faz uma relevante associação dos exemplos das guerrilhas no mundo, demonstrando que os casos bem-sucedidos e considerados recomendáveis pelos adeptos das soluções armadas nos anos 1960 incluíam exemplos da revolução argelina e da resistência francesa aos nazistas, como guerrilha urbana; e os casos das revoluções cubana, chinesa e vietnamita, como guerrilha rural. Os casos em que aconteceu uma associação entre a guerrilha urbana e a guerrilha rural (na França e na Itália) foram singulares, no contexto da II Guerra Mundial, tendo um papel complementar às operações militares do exército local e das forças dos Aliados. Na China, o aparecimento da guerrilha rural teve como pano de fundo a virtual desintegração das estruturas do *Kuomintang* sob o impacto da invasão japonesa – característica próxima da verificada no Vietnã. A revolução argelina também confrontaria, a exemplo do Vietnã, as forças político-militares da França com um forte movimento de libertação nacional, contando com um conjunto de fatores poucas vezes reunidos por um movimento do gênero: o enfraquecimento político e militar da França por ocasião da II Guerra Mundial; o caráter nacional da luta, evidenciado pela nítida diferenciação entre as populações árabes nativas da Argélia e os colonos franceses; e a proximidade geográfica da Argélia em relação à França.

Da perspectiva das possíveis analogias com o Brasil, o caso da Argélia, da guerra revolucionária de 1962, é o mais dissonante no tocante às condições políticas gerais, uma vez que se tratava de uma luta anticolonial, como ocorrido no Vietnã. Os guerrilheiros italianos, franceses e chineses tiveram de dirigir o fogo de suas armas e a acuidade de seus programas políticos contra as tropas de ocupação estrangeiras em seus países. Portanto, restava o exemplo cubano: um país atrasado e formalmente independente, que empreendia suas investidas guerrilheiras contra uma ditadura, e não contra tropas estrangeiras.

As guerrilhas da China, Argélia, Cuba e Vietnã representam três modelos diferentes de desenvolvimento, a saber: a guerrilha urbana argelina; a guerrilha estruturada a partir do foco guerrilheiro de Cuba; e as guerrilhas

rurais apoiadas na chamada revolução camponesa, orientadas pela proposta da guerra popular prolongada, casos do Vietnã e China. Por suas características históricas, as guerrilhas argelina e vietnamita não possuíam condições de “exportar” suas revoluções. Os vietnamitas, apossados pelos Estados Unidos, e os argelinos, organizados na Frente de Libertação Nacional (FLN), pouco ou nada tinham a contribuir com a teorização da revolução mundial propalada pelo movimento comunista internacional. De tal sorte que restavam Cuba e China como modelos revolucionários a serem seguidos.

Desde a Crise dos Mísseis e a definição do governo cubano como socialista, em 1961, a questão da exportação da revolução para os países da América Latina se colocou com urgência. A teoria e a divulgação do foco guerrilheiro não serviam só como modelo de luta para a América Latina, mas serviam também a Cuba como uma tentativa de manter sua revolução vitoriosa. Com a morte de Guevara, em outubro de 1967, Fidel Castro confirmou o caminho que vinha seguindo desde 1964, de aproximação com a União Soviética. Todavia, Castro, indo de encontro às teses soviéticas que propunham refrear a luta armada no chamado terceiro mundo, convocou a Olas, que ocorreu de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, com o objetivo de expandir a Revolução Cubana pela América Latina. Este evento influenciou diversas guerrilhas em todo o subcontinente latino-americano e África, e foi tido como elemento principal da política externa cubana até 1968, quando Fidel abandonou parcialmente a ideia de formar grupos guerrilheiros pela América Latina, aproximando-se novamente da União Soviética; fato demonstrado pelo seu apoio à invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, com o intuito de conter os populares da Primavera de Praga. O compromisso de pôr fim à exportação da revolução se concretizou em 4 de agosto de 1970, com o Tratado da Guerra Fria, que estabelecia a intensificação definitiva da política de coexistência pacífica, decretando que Cuba não atacaria os países vizinhos e os Estados Unidos não atacariam a ilha.

Enquanto Cuba, aos poucos, a partir de 1968, tornava-se dependente da URSS, rendendo-se ao imperativo da *realpolitik* por ocasião do cerco estadunidense, a China pôde oficialmente romper diplomaticamente com a URSS, reivindicando um momento anterior do Komintern. Inspirando e organizando um movimento revolucionário baseado em seu exemplo histórico e em sua concepção de guerra popular prolongada, a China alcançou uma posição de protagonista mundial no assunto “revolução”. Por isso, seu modelo de revolução, teoricamente mais bem fundamentado do que o cubano, era considerado adaptável ao bloco de países subdesenvolvidos – ainda inspirado nas teses do então já dissolvido Komintern, que propunha a revolução em etapas (BROUÉ, 2007)<sup>4</sup>. Ainda mais, a linha chinesa, ao romper com a possibilidade da via pacífica ao socialismo, propugnada então pelo movimento comunista internacional, recusava também o foquismo.

Para revolucionários que repudiaram a tese da via pacífica ao socialismo adotada por Khrushchov, como era o caso de Carlos Marighella em meados dos anos 1960, a teoria do foco era plenamente aceita, exceto pelo percalço: o trágico fracasso do foquismo na Bolívia, resultando na morte de Ernesto Guevara. Este evento, associado a outros desastres menores da instalação do foco guerrilheiro até 1968, abalaria profundamente a fé daqueles que acreditavam numa possível vitória da guerrilha. Para aqueles que malquistavam o partido em prol da guerrilha, a derrota do foco guerrilheiro poderia significar uma enorme dúvida quanto à eficácia de suas táticas. De tal modo que a continuidade do movimento guerrilheiro demandava modificações e ajustes táticos e teóricos à teoria do foco guerrilheiro originalmente composta, a fim de preservar a integridade da proposta de luta armada continental. Essa retificação teórica deveria vir, especialmente, da ideia da guerrilha camponesa. Assim, Marighella, no ano de sua morte acreditava que

O nosso combate ao imperialismo é enfrentado sob formas novas e com características próprias e por não nos preocuparmos em abrir no Brasil qualquer foco guerrilheiro. O caminho que seguimos é o da estratégia global, que tem como qualidade o desenvolvimento da guerra revolucionária em tríplice aspecto de guerrilha urbana, guerra psicológica e guerrilha rural. O nosso esforço principal concentra-se a favor da guerrilha rural; não um foco, mas resultado da implantação da infraestrutura guerrilheira, por onde quer que apareça e se desenvolva a nossa organização revolucionária. Partindo do fato de que o Brasil é um país continental pela imensidade de sua área, encaramos a guerrilha como guerra de movimento e não como um foco. (MARIGHELLA, 1974, p. 32)

Essa reordenação programática em relação ao foquismo teve, portanto, inspiração no movimento chinês da guerra popular prolongada. Marighella, ao recusar a pecha de foquista, passou a utilizar os conceitos do maoísmo

---

4 “O mais absurdo, entretanto, é que a política circunstancialmente aplicada na China foi, até a catástrofe final e mesmo até um pouco depois, cuidadosamente transposta para ser aplicada em outros lugares de maneira mecânica. Desde 1924, Stalin propusera o novo modelo do partido nacional-revolucionário, aliando operários, camponeses e pequena burguesia. No V Congresso da Comintern, o relatório de Manuilsky definia o Guomindang, o *Sarekat-Islam* e a cisão do *Rajkat Islam* como ‘partidos operários e camponeses tendo um programa de luta contra o imperialismo’. Em dezembro de 1925, representando a Comintern, Ernest (o húngaro Gerö) explica aos comunistas franceses que eles devem, na África do Norte, ‘criar um partido nacionalista e fazer entrar nele os elementos nativos (...) como fizemos com sucesso na China’” (BROUÉ, 2007, p. 553).

para a guerrilha rural, o que podemos verificar em sua entrevista à revista *Front* e no documento *Quem samba fica, quem não samba vai embora* (1999a)<sup>5</sup>. Entretanto, a ALN ainda não havia conseguido fixar sua guerrilha no campo, sendo somente um movimento urbano. A intenção de Marighella era enviar, em um segundo momento, a guerrilha ao campo, como vemos no jornal *O guerrilheiro*, da ALN. O que não significa que ele tivesse abandonado o foquismo em favor de uma teorização próxima da teoria de revolução pela guerrilha camponesa chinesa, mas significa dizer que Marighella começou a propagar a ideia de que a ALN não agiria por meio do foquismo. Ele jamais esboçou um escrito em que fizesse algum balanço teórico entre os movimentos cubano e chinês. Para ele, a guerrilha deveria começar na área urbana apenas por motivo estratégico, de angariar fundos para a guerrilha rural, que era o objetivo final. Tanto a experiência chinesa como a teoria do foco creditavam ao campo a possibilidade de a guerrilha se sair vitoriosa. Marighella escreveu:

Da área urbana passaremos à luta armada direta contra os latifundiários, através da guerrilha rural. Da aliança armada de operários e camponeses com estudantes, através da guerrilha móvel no campo, cruzando o interior do Brasil em todas as direções, chegaremos ao exército revolucionário de libertação nacional e ao confronto com o Exército convencional da ditadura militar. (MARIGHELLA *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 280)

Vemos nos jornais da ALN (*O guerrilheiro*, de 1968, e *Venceremos*, de 1971) e nos textos de Marighella (1974) uma subestimação da opressão e uma total incapacidade de precisar a estratégia e os métodos da guerra revolucionária no Brasil. Embora pudesse haver alguma menção à aliança entre operários, camponeses e estudantes, esta nunca chegou a existir de forma quantitativa ou qualitativamente significativa. A ALN se isolou e acabou exterminada antes de chegar ao campo.

O que causou um problema ainda maior na esquerda brasileira foi o fato de que a confusão não se referia somente à tática guerrilheira, mas à estratégia comunista, isto é, ao como determinar a natureza da revolução brasileira. Na formulação de Régis Debray (1967), a revolução possuía um caráter imediatamente socialista. Para os maoístas, sincronizados à estratégia do Komintern, deveria ser nacional e democrática. Segundo a concepção maoísta, com a “traição revisionista” dos partidos social-democratas da Europa ocidental do começo do século, a mesma traição daqueles que empreenderam o processo de desestalinização da URSS, o centro da revolução mundial havia se deslocado dos países avançados para as áreas periféricas. E para tais áreas continuavam a vigorar as resoluções adotadas durante o VI Congresso do Komintern, em 1928, destinadas aos “países coloniais e semicoloniais”, países que, ao não terem desenvolvido plenamente o capitalismo, deveriam passar pelas fases preestabelecidas nos estágios do desenvolvimento antes de desembocarem no socialismo. Por este motivo, não se encontrando as condições do capitalismo avançado, presumiu-se que nesses países ainda se encontravam restos feudais a serem solapados, dependendo, portanto, de uma revolução burguesa, *id est*, nacional e democrática.

Diante da barafunda geral, abria-se naquele momento uma bifurcação no caminho a ser seguido pela esquerda guerrilheira no Brasil: ou a guerrilha intentava uma revolução socialista, como rezava a cartilha foquista, ou, de acordo com os maoístas, buscava uma revolução democrático-nacional, dado que a revolução socialista era impossível enquanto restassem estágios burgueses a serem superados.

Umbrícola da tradição stalinista, o PC do B, em 1967, reivindicava com clara convicção, e a par do debate, em seu texto *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*, que a luta armada só poderia desembocar na guerra popular prolongada para a efetivação da revolução democrática, *conditio sine qua non* para a chegada do socialismo. Outros grupos da luta armada, sem teorizar mais profundamente, já propugnavam a revolução imediatamente socialista. Posteriormente, em 1973, a Guerrilha do Araguaia foi aniquilada, tendo quase a totalidade de seus membros brutalmente assassinada. Tal Guerrilha aconteceu num momento em que a ofensiva da ditadura militar já havia desmantelado praticamente toda a esquerda organizada. Completamente isolada das massas, esta Guerrilha caminhou para um suicídio ainda mais provável que o da guerrilha urbana de fins dos anos 1960, sobretudo por sua localização geográfica limitada – o Sul do Pará – e pela ausência do apoio das massas.

Diante desse impasse, ao contrário do PC do B, Marighella se situava novamente de maneira confusa. Em seu jornal *O guerrilheiro*, de 1968, ainda sob a influência da Olas, Marighella escreveu:

Conteúdo essencial da revolução

Combateremos tenazmente o latifúndio e a exploração capitalista seguindo ao pé da letra a afirmativa da “Declaração geral” da Olas quando, no item 3 da parte final, assinala que “o conteúdo essencial da revolução na América Latina é enfrentar o imperialismo e as oligarquias de burgueses e latifundiários”. Por conseguinte, o caráter da revolução é o da luta pela independência nacional, a emancipação das oligarquias e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento. (MARIGHELLA *apud* FERREIRA, 1999, p. 250)

5 “Assim estamos trabalhando porque a guerra contra eles é *longa e prolongada* e não se baseia em combates decisivos, mas na paciência chinesa.” (MARIGHELLA, 1999a, p. 547, grifo nosso)

No *Manual do guerrilheiro urbano*, Marighella (1974) expressava acreditar na existência de um pressuposto comum a todos os grupos armados. Escrevia que o inimigo principal era o imperialismo norte-americano, e completava: “nossa luta é antioligárquica e de libertação nacional” (MARIGHELLA *apud* FERREIRA, 1999, p. 250). Para o guerrilheiro, portanto, o pressuposto comum de toda a luta armada girava em torno de duas questões:

A primeira é que todos os grupos revolucionários estão a lutar não para substituir os militares por um poder civil ou por outro poder burguês-latifundiário. Todos os grupos revolucionários lutam pelo derrube da ditadura militar e pela mudança do regime. Todos querem que a atual estrutura de classes da sociedade brasileira seja transformada e que o aparelho burocrático-militar do estado seja destruído, para no seu lugar ser colocado o povo armado. A segunda é que todos os grupos revolucionários querem expulsar do país os norte-americanos. (MARIGHELLA, 1974, p. 44)

Vemos nos textos de Carlos Marighella uma confusão sobre o conteúdo da revolução. A citação acima entra em conflito com a sua ideia de libertação-nacional, isto é, de revolução burguesa. Isto ocorre, especialmente, porque se ausenta em seus escritos uma sistematização do que é (i) revolução e de qual o caráter daquela proposta para o Brasil; (ii) uma análise da fase da revolução em curso; (iii) o estabelecimento de uma estratégia correspondente a esta fase; e (iv) uma análise do desenvolvimento econômico. A inexistência de uma análise da realidade brasileira por Marighella impossibilitou uma adequada conceituação do conteúdo da revolução. Em vista disso, o que o revolucionário baiano anunciava eram os meios para atingir os objetivos – a guerrilha – e os adversários a serem enfrentados. Esta ausência de estratégia decorria possivelmente de dois fatores. O primeiro: ao se deparar com a intensificação da opressão imposta pelas perseguições promovidas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Esquadrão da Morte, a guerrilha teve de lutar na mais profunda clandestinidade e isolada da sociedade. O segundo, derivado do primeiro, ocorreu graças ao pouco apego da guerrilha às discussões teóricas e à sua excitação pela prática, que acabaram por desembocar no imprevisto teórico.

Na incapacidade de apontar uma alternativa política à ditadura militar, Marighella acreditava numa inverossímil revolta do povo armado. Tal estratégia “revolucionária” só poderia ser implementada de forma “revolucionária” e por forças “revolucionárias”, o que fez que a guerrilha se encontrasse num gueto; isolada, por isso mesmo, do movimento de massas. Tal perspectiva limitava violentamente o escopo das possíveis alianças da organização guerrilheira, no âmbito das forças de oposição à ditadura. Excluía liminarmente as forças políticas mais moderadas no mesmo momento em que o governo militar iniciava o “milagre” como programa de desenvolvimento econômico, que aproximava a ditadura das massas da classe média.

Explicitadas suas influências, é possível ver no desenvolvimento da teoria de Marighella a revisão do foquismo de Debray e uma leitura, adaptativa e grosseira, do leninismo, lido da seguinte maneira: Lênin, renunciando ao modelo ocidental de organização dos grandes partidos de massa, de concentração nas ações institucionais e de aproveitamento das possibilidades eleitorais, formulou e executou a proposta de um partido conspiratório, formado por um contingente reduzido, mas bem preparado, de revolucionários profissionais. Liderou com os bolcheviques uma revolução na Rússia e instituiu um novo modelo de ação política, o qual recebeu, sobretudo da parte de seus críticos, o apodo de elitismo revolucionário. Nas simplificações aqui expostas – debatidas mais detidamente por Ferreira (1999) –, a consciência revolucionária, por iniciativa da vanguarda, fora conduzida de fora para dentro da classe operária. Esses preceitos resumidos estão presentes no projeto da guerrilha, seja na pena de Debray, seja na de Marighella. O que se verifica é uma releitura na qual em lugar do partido conspirativo está a organização guerrilheira, e em lugar do movimento revolucionário dos bolcheviques, a guerra de guerrilhas.

Essas simplificações da vida e da obra de Lênin – como bem aclara Ferreira (1999) – descartam o fato de que o revolucionário russo fazia, antes de tudo, um profundo estudo sobre as condições do capitalismo mundial e sobre o relativo atraso do desenvolvimento do capitalismo russo. No apogeu de sua ação como teórico revolucionário, Lênin declarou enfaticamente o ingresso do capitalismo em uma nova fase, o imperialismo. Por este motivo, as simplificações da teoria da instalação da guerrilha se aproximam menos do marxismo do que do blanquismo. Seguindo a tradição conspiratória de Babeuf e Buonarroti, Louis-Auguste Blanqui procurou organizar uma elite relativamente pequena a fim de sublevar a sociedade e transformar o capitalismo numa ditadura revolucionária. Blanqui entendia que, nos anos 1870, a revolução liderada por poucos desembocaria numa ditadura da vanguarda.

A tragédia vivida pela esquerda diante daqueles impasses erguidos pela repressão, que levou a guerrilha a um suicídio, fez com que suas análises estivessem desacompanhadas da análise sobre a realidade nacional e internacional. Em conclusão, a Revolução Cubana, seguida da teorização do foco guerrilheiro, coordenou a linha de pensamento de Marighella muito mais que sua tentativa de adaptação à teoria maoísta. A influência da revolução em Cuba foi determinante na elaboração teórica da justificativa para a luta armada brasileira. De 1962 a 1967, Cuba treinou cerca de três mil guerrilheiros pela América Latina. Os guerrilheiros brasileiros, por sua vez, foram treinados a partir de 1967, quando da formação da ALN. Nesses treinamentos guerrilheiros, conforme nos demonstra Rollemberg (2001), era praxe a não-avaliação da realidade objetiva de cada país. Para exemplificar: em 1973, com a ALN totalmente destruída – como todas as guerrilhas brasileiras, com exceção da Guerrilha do Araguaia, que

seria desmantelada um pouco depois –, os militantes da ALN em Cuba chegaram a propor à organização um plano de entrada pela Amazônia por guerrilheiros cubanos e brasileiros (estes no exílio) – com a mesma tática que levou Ernesto Guevara à morte na selva boliviana. Rollemberg escreve:

A ALN foi a organização que mais enviou militantes para o treinamento. Em setembro de 1967, foi formada a primeira turma, chamada de I Exército da ALN, que treinou 16 militantes até julho de 1968, e, em seguida, formaram-se o II Exército (30 militantes treinados entre julho de 1968 e meados de 1969), o III (33 militantes treinados entre maio e dezembro de 1979) e o IV (13 militantes treinados entre fins de 1970 e julho de 1971). Os exércitos da ALN incorporavam também militantes de outras organizações. Na verdade, chamar estas turmas, formadas por algumas dezenas de guerrilheiros, de Exército parece, por si mesmo, uma supervalorização do treinamento. (ROLLEMBERG, 2001, p. 40)

Quais características diferiam, portanto, a guerrilha brasileira da cubana? Por que a luta guerrilheira no Brasil pode ser considerada um equívoco estratégico da esquerda brasileira, enquanto que em Cuba levou à vitória da revolução? No Brasil, o episódio mais impressionante da luta armada que se tentava desencadear de forma mais sistemática foi o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles B. Elbrick, em 4 de setembro de 1969, trocado por 15 presos políticos. Este episódio mais serviu à ditadura do que à organização revolucionária. Em menos de dois meses, Marighella seria assassinado e a política da ditadura militar de intensificação da repressão começaria a ter um apoio social, baseado nas propagandas “antiterroristas”. A ditadura utilizou as pequenas ações guerrilheiras para justificar as torturas e os assassinios que promoveu sistematicamente a partir de 1968.

Enquanto no Brasil a luta armada se viu em completo isolamento das massas e desprezando o movimento operário – atentemo-nos para o fato de que Marighella (1974), ao redigir o *Manual do guerrilheiro urbano*, subestimou completamente o aparato repressivo e acreditou na possibilidade da existência de um modo de os guerrilheiros fecharem um cerco e vencerem militarmente a ditadura –, em Cuba houve um apoio popular. No Brasil, a luta armada se desfechou no momento em que a ditadura militar, com o “milagre brasileiro”, aproximava-se da classe média; havia uma dominação burguesa *de facto*, ainda que estivesse vinculada à gestação do capital atrofado e subjugada pela força econômica da cadeia imperialista da qual ela não fazia parte, nem mesmo como elo débil; e o aparato militar e a inteligência das Forças Armadas, coordenadas pelos seus órgãos mais eficientes (Dops, Operação Bandeirantes – Oban, SNI e Centro de Informações da Marinha – Cenimar), conseguiram desmantelar as guerrilhas numa política de genocídio.

Em Cuba, como nos revela Florestan Fernandes (1979), os anseios populares e certa tradição de luta popular confluíam para a formação de um exército popular. Demais, a burguesia cubana não era a força social que comandava a ditadura – tanto de Machado como de Batista –, e essa burguesia fraca aspirava por aquilo que Florestan chamou de uma “revolução dentro da ordem”, isto é, um processo revolucionário que ficaria aquém de uma revolução burguesa *stricto sensu*. A luta social era, portanto, voltada para uma descolonização total, mas, se fosse comandada pela burguesia nacional cubana, jamais chegaria a uma “descolonização final e total”. Foi isso que deu à guerrilha um corpo político denso. Essa luta acabou tomando corpo na guerrilha que, ultrapassando o horizonte meramente burguês, ansiou pela desagregação da dominação colonial, ao mesmo tempo em que se aproximou do movimento operário (ainda incipiente) e da luta dos trabalhadores rurais.

Marighella organizou a luta armada no Brasil a partir da reação pacífica do PCB, que, nos três primeiros anos da ditadura, optou pela “retirada estratégica”. Mas, ao fazer isto, acreditou que tal luta teria uma força fantástica. No Brasil, porém, ela não chegou a significar uma ameaça militar real ao bonapartismo; tampouco chegou a significar um movimento de massas que poderia pôr fim à ditadura militar por sua base, através do centro nervoso do trabalho. Sobretudo porque Marighella se afastou definitivamente do movimento operário que ganhava corpo nos anos 1960, de sorte que a ditadura derrotou a esquerda e massacrou, por consequência, o movimento operário. Cuba, de onde Marighella tirava seu exemplo revolucionário, por sua vez, vivia um momento em que a ordem neocolonial estava em agonia, e a classe burguesa (longe de empreender uma dominação bonapartista, como no Brasil) não conseguia conter o movimento insurgente para que fosse somente uma revolução dentro da ordem. Ao levar a revolução ao limite da radicalidade das classes subalternas, a insurreição cubana começava a tomar o contorno de um processo de revolução socialista – momento em que o contexto mundial tornava possível este salto qualitativo do desenvolvimento sociometabólico. Desse modo, a luta armada em Cuba se aproveitava da situação pré-revolucionária e de um descontentamento social latente, derrotando simultaneamente as forças nacionais de dominação e as forças imperialistas que agiam de fora para dentro da ilha. Ferreira percebe:

O fato de se tratar de uma pequena ilha caribenha, com menos de dez milhões de habitantes, dependente da monocultura do açúcar, com uma cadeia de montanhas estrategicamente situada à margem dos centros urbanos e a partir da qual podia se controlar a principal via de comunicação do país, a fragilidade e o isolamento do governo de Batista, e despreparo das Forças Armadas da ditadura para o combate não-convencional e a neutralidade do governo norte-americano em face do conflito, tudo isso era menos importante de que a *lição* essencial

ensinada pelo triunfo insular: a de que, na América Latina era possível que forças guerrilheiras irregulares derrotassem um exército profissional. (FERREIRA, 1999, pp. 227-8)

A força histórica da guerrilha cubana estava no movimento de guerra civil que ela desentranhou. Marighella, por sua vez, acreditou que o foco guerrilheiro no Brasil (ainda que ele não o chamasse por este nome) poderia desembocar num movimento de descontentamento civil, o que não ocorreu senão com as greves de 1978, 1979 e 1980, no momento em que a ditadura militar promovia sua segura transição. A guerrilha brasileira não desempenhou uma grande função, senão a de uma resistência inadequada que a levou à morte, por estar isolada do movimento de massas; mas, mais ainda, por estar isolada do centro nervoso do capital, a saber, dos trabalhadores da vanguarda do trabalho. Em Cuba, contexto industrial e militar completamente diferentes do caso brasileiro, a guerrilha desempenhou cinco funções principais (FERNANDES, 1979): primeiro, abriu por via militar um espaço histórico para atuação das forças sociais revolucionárias; segundo, retirou a guerra civil do estado de intermitência e eclosão esporádica, de insuficiente eficácia política; terceiro, lançou as massas populares numa guerra civil, com apoio social razoável, tendo na base o sustentáculo dos trabalhadores do campo, dos oprimidos e dos trabalhadores industriais do centro de Havana; quarto, muito rapidamente manteve militarmente acesa essa luta iniciada; e, por fim, coordenou a guerra civil ao ponto de sua extinção a partir da vitória das classes trabalhadoras. A guerrilha não ocorreu apesar da insuficiente dominação burguesa e acirramento da luta de classes, mas ocorreu por causa disso. O regime de classes de dominação burguesa, antes de se tornar maduro em Cuba, dissolveu-se na luta popular. Essa característica não foi apreciada por Carlos Marighella em nenhum de seus textos.

### Referências bibliográficas

- ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.
- BETTO, Frei [Carlos Alberto Libânio Christo]. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella/ Dossiê Frei Tito*. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1987.
- BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- CÂMARA, Antonio. “O PCB, Marighella e a questão agrária brasileira”. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ad Hominem, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- CRANKSHAW, Edward. *Khrouchtchov Souvernirs*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1971.
- DEBRAY, Régis. *Revolución en la revolución*. Havana: Casa de las Americas, 1967.
- DIÁRIO Oficial da União, 10 set. 1969, Ato Institucional nº 14.
- DÓRIA, Carlos Alberto. “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira”. In: MORAES, J. Q. (Org.) *História do Marxismo no Brasil* v. 3 (Teorias. Interpretações). Campinas: Unicamp, 1998.
- FERNANDES, Florestan. “O pensamento político de Carlos Marighella: a última fase”. In: NOVA, Cristiane; NOVOA, Jorge (Org.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- FERREIRA, Muniz. “Carlos Marighella: revolução e antinomias”. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

- GUNDER FRANK, Andrew. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito de feudalismo *Revista Brasiliense*, n. 51, São Paulo, jan./fev. 1964.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Ed. Sol e Chuva, 1997.
- LENIN, V. I. “Deux tactiques de la social-démocratie dans la révolution démocratique”. In: *Oeuvres* v. 9. Paris: Éditions Sociales/Éditions du Progrès, 1966.
- LES TEMPS Modernes, ed. n. 280, 1969.
- LIMA FILHO, Antonio Guedes. *Resistência ou conformismo? A ruptura política de Carlos Marighella com o PCB e as razões da ALN (1958-1964)*. 2003. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.
- MARIGHELLA, Carlos. *Le Brésil sera un nouveau Vietnam*. Entrevista de Carlos Marighella a Conrad Detrez. *Revista Front*, v. 3, pp. 1-8, nov. 1969.
- \_\_\_\_\_. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 2. ed. Lisboa: Assírio Alvim, 1974.
- \_\_\_\_\_. “Por que resisti à prisão”. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979a.
- \_\_\_\_\_. “A crise brasileira”. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979b.
- \_\_\_\_\_. “Carta à Executiva”. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979c.
- \_\_\_\_\_. “Críticas às teses do Comitê Central”. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979d.
- \_\_\_\_\_. “Ecletismo e marxismo”. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979e.
- \_\_\_\_\_. “Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil”. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979f.
- \_\_\_\_\_. “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979g.
- \_\_\_\_\_. “Chamamento ao povo brasileiro”. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979h.
- \_\_\_\_\_. “Quem samba fica, quem não samba vai embora (1968)”. In: NOVA, Cristiane; NOVOA, Jorge (Org.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora Unesp, 1999a.
- \_\_\_\_\_. “Sobre a organização dos revolucionários (1969)”. In: NOVA, Cristiane; NOVOA, Jorge (Org.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora Unesp, 1999b.
- \_\_\_\_\_. “Alguns aspectos da renda da terra no Brasil”. In: \_\_\_\_\_ et. al. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- MARX, Karl. *O capital* livro II: o processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NOVA, Cristiane; NOVOA, Jorge. “Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighella”. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PARTIDO Comunista Brasileiro. *PCB: 20 anos de Política (Documentos 1958-1979)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RAGO FILHO, Antonio. “*Sob este signo vencerás!*” A estrutura ideológica da autocracia bonapartista. *Cadernos AEL. Tempo de Ditadura*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH/Unicamp, v. 8, n. 14/15, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro – os comunistas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_; SÁ, Jair F. de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REZENDE, Claudinei C. *Suicídio revolucionário*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

\_\_\_\_\_. A ALN e Cuba: apoio e conflito. *Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth) Tempo de Ditadura*. Campinas: Unicamp, v. 8, n. 14/15, 2001.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

VEJA. Edições de 12, 19 e 26 nov. e 3, 10 e 31 dez. 1969.